

MARISA CAROLINA BAIDA

COOPERATIVAS POPULARES

INSTRUMENTO DE INCLUSÃO E REINCLUSÃO SOCIOECONÔMICA

CASO DA COOPERCAMP

**Monografia apresentada como
requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas pela
Universidade Federal do Paraná.**

Orientador: Prof.^a Denise Maria Maia.

CURITIBA

2004

TERMO DE APROVAÇÃO

MARISA CAROLINA BAIDA

COOPERATIVAS POPULARES**INSTRUMENTO DE INCLUSÃO E REINCLUSÃO SOCIOECONÔMICA****CASO DA COOPERCAMP**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Prof.^a Denise Maria Maia

Departamento de Ciências Econômicas


Prof. Igor Zanoni Constant Carneiro Leão

Departamento de Ciências Econômicas


Prof. Romeu Herbert Friedlander Júnior

Departamento de Ciências Econômicas

Curitiba, Novembro de 2004.

À meus pais e
ao amigo, Marcos Belém Gomes.

AGRADECIMENTOS

Por ter dedicado carinho e compreensão, tempo e recursos financeiros, paciência e austeridade, conselhos e puxões de orelha, agradeço, com amor, aos meus pais, Marilene e João, e selo, aqui, a promessa de transmitir aos meus filhos vossos exemplos de vida, com a mesma dignidade que me educaram.

Pela experiência compartilhada, pelo alerta aos obstáculos, pelo incentivo em ocasiões de fragilidade e pela confiança depositada em momentos decisivos é que agradeço aos irmãos Joarez e Joacir, e a cunhada Fabi.

À minha sapeca afilhada Amanda agradeço pela alegria contagiante, pelas brincadeiras incessantes, pelos momentos de descontração e por ter sempre acreditado que minhas longas horas em frente ao computador só durariam alguns minutos.

À JR Consultoria – UFPR e ao Movimento Empresa Júnior como um todo devo agradecer pelos momentos de aprendizado, momentos de lições de vida, outros de experiência profissional, e os insaciáveis finais de semana de encontro, lazer e descontração, repletos de energia comungada pelos grandes amigos empresários juniores.

Pela paciência diante de minhas hesitações na redação deste trabalho, pelas horas a mim dispensadas e pela confiança em minha capacidade, agradeço ao Marcos, a quem devo admiração e carinho.

Pela mão sempre estendida, pela atenção direcionada, pelos votos de sucesso, e pelos incansáveis convites à descontração e divertimento, aos verdadeiros amigos devo meus sinceros agradecimentos.

Por acreditar em meus objetivos de trabalho, por dispensar seus ensinamentos e experiências, por ler e reler, com seu olhar crítico, essa monografia, agradeço à Professora e Orientadora Denise.

Àqueles que me transmitiram seus conhecimentos, experiências profissionais e de vida, guiando-me, juntamente com meus colegas, através de teorias, técnicas e prática, devo meus agradecimentos aos mestres, responsáveis pelo renome da UFPR, principalmente ao Professor Pedro Steiner.

Pelos depoimentos prestados, pelo apoio oferecido, pela vivência compartilhada e pela confiança depositada, agradeço aos cooperados da Coopercamp, em especial à Sra. Railda.

Aos colegas, que me acompanharam nesta jornada, agradeço pelos momentos de alegria e aflição compartilhados, pelo apoio e preocupação, pela luta e união nas horas mais incertas.

A todos que, de forma direta ou indireta, foram também responsáveis para que esta monografia chegasse à sua defesa. Agradeço as críticas e sugestões destinadas a este trabalho e a sua autora, com o objetivo de aprimorar os conhecimentos aqui explicitados.

Pelas alegrias e tristezas, vitórias e derrotas, agradeço especialmente à Deus, responsável pela articulação e direção de todos esses atores, num cenário vivo e dinâmico, com o sucesso de proporcionar-me momentos de singular conhecimento e experiência ao protagonizar nesse show, repleto de efeitos especiais. Meu muito obrigada.

“É a debilidade do homem que o faz sociável; são nossas misérias comuns que inclinam os nossos corações à humanidade; se não fôssemos homens, não teríamos nenhum dever. Todo apego é um sinal de insuficiência: se cada um de nós não tivesse qualquer necessidade dos outros, nem sequer pensaria em unir-se a eles. Assim, de nossa própria deficiência nasce a nossa frágil felicidade.”

Jean Jacques Rousseau

SUMÁRIO

RESUMO	viii
1 INTRODUÇÃO	01
2 REVISÃO DA LITERATURA E PRINCIPAIS DEFINIÇÕES	03
2.1 MUTUALIDADE INTERPRETATIVA.....	03
2.1.1 Conceituação de Exclusão Social.....	04
2.1.1.1 Exclusão.....	05
2.1.1.2 Sociedade e social.....	06
2.1.1.3 Construção conceituai de exclusão e inclusão social.....	08
2.1.2 Reinclusão Social.....	15
2.2 CONCEITUAÇÃO DE COOPERATIVA POPULAR.....	17
3 BREVE HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO	22
4 COOPERATIVAS: PRINCÍPIOS E CLASSIFICAÇÃO	24
5 O CASO DA COOPERCAMP	30
5.1 HISTÓRICO DA COOPERCAMP.....	31
5.2 PROCEDIMENTOS, ENTREVISTAS E ANÁLISE DOS DADOS.....	34
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55

RESUMO

A presente monografia tem por objetivo evidenciar o trabalho da cooperativa popular – COOPERCAMP - como forma alternativa e instrumental de inclusão e reinclusão socioeconômica. Primeiramente, apresenta-se a conceituação, que tem por objetivo uniformizar as definições dos termos relevantes para o entendimento deste trabalho, tais como: exclusão social, inclusão social, reinclusão social e cooperativa popular. Em seguida, parte-se para um breve histórico da doutrina cooperativista, salientando os seus princípios e suas características. Os capítulos que seguem retomam o objetivo acima explicitado do estudo de caso de uma cooperativa popular. Previamente selecionada, a COOPERCAMP – Cooperativa Mista dos Trabalhadores da Capital Paranaense – foi objeto das entrevistas realizadas junto aos cooperados, tendo como base um roteiro semi-estruturado, além das conversas informais. Na oportunidade foi relatado seu histórico e, em seguida a abordagem foi direcionada para a questão da inclusão e reinclusão social. O resultado desta monografia evidencia a importância desta cooperativa nesse processo de reintegração socioeconômica, como instrumento capaz de gerar trabalho e renda, fazendo com que pessoas associadas à ela, antes excluídas, conquistassem seu lugar na sociedade.

Palavras Chave: Cooperativismo; Cooperativas Populares; Exclusão Social; Inclusão Social; Reinclusão Social.

1 INTRODUÇÃO

Permeada por crises econômicas, quadros de pobreza e descaso, elevadas taxas de falência de empresas, exclusão social e alto índice de desemprego, a sociedade humana vive seus dias repletos de problemas de ordem econômica, política, social e cultural, com conseqüências que criam, acima de tudo, um quadro dramático para a classe trabalhadora. E tendo esse cenário como rotina diária, alguns cidadãos, ao mesmo tempo em que exigem uma solução por parte daqueles que em tese buscam a vontade da maioria – políticos e governantes – descruzam os braços e procuram formas alternativas para melhorar este panorama acima exposto.

Dentre todas as formas que se refere ao processo de inclusão e reinclusão social estudadas, pesquisadas, experimentadas e discutidas, têm-se as cooperativas populares como alternativa que têm se mostrado de grande importância na luta pelo ingresso dos marginalizados à sociedade, processo este fundamental para o progresso da humanidade.

A globalização, que tira a estabilidade das instituições e, assim, dos profissionais, paradoxalmente faz com que haja uma facilidade de difusão da doutrina cooperativista, propiciando um aumento do número de cooperativas.

A realidade acima exposta e na qual se vive gera o desemprego, a pobreza, a violência e a exclusão social por conseqüência. A cooperativa tem surgido como uma alternativa para atenuar esse quadro econômico e social.

O sistema cooperativista tem servido como instrumento, como um novo nicho de mercado, que auxilia no processo de geração de trabalho e renda. Essa entidade está aberta a todo aquele que busca uma forma criativa e alternativa de se manter no

mercado de trabalho, sem perder sua identidade ou destoar de seus objetivos profissionais e pessoais por consequência.

O desenvolvimento da organização cooperativista popular, de economia solidária, ressurge como uma nova alternativa ao desemprego a partir de um novo setor econômico, formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria, composto por (ex) desempregados. Esta pode ocorrer através da expansão das iniciativas populares de geração de trabalho e renda, baseados na livre associação de trabalhadores e nos princípios de autogestão e cooperação. (GAIGER, 1999, p. 29).

O cooperativismo busca o desenvolvimento do homem como cidadão, valorizando a cooperação, a justiça, a igualdade, o respeito e o trabalho em conjunto, conforme prevê a lei que o institui.

2 REVISÃO DA LITERATURA E PRINCIPAIS DEFINIÇÕES

Com o fim de delimitar o referencial teórico que embasa o presente trabalho e se evitar entendimentos diferenciados sobre alguns termos que serão abordados nesta monografia, importa aqui conceituar e definir a área e os limites de seus significados, pois é verdade, que dentro de uma determinada língua, no decorrer do uso, as palavras acabem incorporando significados múltiplos, tornado-se assim, termos plurisemânticos.

2.1 MUTUALIDADE INTERPRETATIVA

Em um primeiro momento surge a necessidade de se definir o conceito do termo “inclusão social”. Mas, para que haja uma boa compreensão do referido termo, surge a necessidade de iniciar a conceituação pelo seu oposto, ou seja, “exclusão social”, uma vez que, a forma de compreensão do ser humano é binária e relacional. Por exemplo: só entende-se a idéia de alto em relação ao que é baixo, o frio em relação ao calor, assim, só poderá compreender a idéia de inclusão a partir da existente relação do que lhe opõe.

Com efeito, evidencia-se que a compreensão de um determinado termo torna-se possível na medida de suas relações e oposições, ocorrendo por sua vez a mutualidade de interpretação. Neste sentido é que os supracitados termos, inclusão e exclusão social poderão ser compreendidos.

Ressalta-se, portanto que na busca de uma melhor compreensão deve-se considerar os vocábulos “inclusão e exclusão social” de duas perspectivas: Do ponto de vista de seu **significante** e de seus **significados**.

A obra Curso de Lingüística Geral nos traz a seguinte definição dos termos supracitados: “Chamamos signo à combinação do conceito e da imagem acústica (...). Propomos manter a palavra signo para designar o total e substituir conceito e imagem acústica respectivamente por significado e significante.” (CURSO de Lingüística Geral, 1995, p. 123-124).

...temos os termos *significante* e *significado*. Significante indica uma realidade como ela é denotada e estruturada pela linguagem, enquanto o significado indica o modo, sempre parcial e histórico, em que a língua falada atualiza o significante. Por ex. ‘pai’ é um significante dotado de sentido próprio graças às relações no interior da constelação familiar. O significado representa a atuação desse significante num determinado discurso e numa cultura determinada. (MONDIN, 1981, p.36)

Tendo como base a citação acima de MONDIN, tem-se a dizer que em relação ao significante, antes de utilizar-se um determinado termo, requer-se despi-lo dos múltiplos sentidos que o mesmo adquire em cada época e contexto cultural, restando assim, o que se nomeia na presente, como **significante**.

Relativo aos **significados**, que os termos inclusão e exclusão social obtiveram em vários contextos culturais e épocas, enfatiza-se, neste trabalho, sobretudo seu significado no contexto atual das cooperativas populares.

2.1.1 Conceituação de Exclusão Social

Conforme fora abordado no tópico anterior, a conceituação do termo “exclusão social” é de extrema relevância para compreender-se o significado da “inclusão social” no contexto das cooperativas populares.

No mesmo sentido, evidenciou-se no tópico anterior que um determinado termo pode e ganha uma multiplicidade de significados, dependendo de épocas e contextos culturais. Com efeito, a comunicação só torna-se possível quando convencionado e pacificado o sentido em que se utiliza o termo.

Portanto, passa-se a expor inicialmente a definição segundo fora gramaticamente convencionado dentro da língua portuguesa, para, só depois, explicitar outros significados que os respectivos termos adquirem no campo da sua práxis (prática/uso).

Relativo ao termo “exclusão social” verifica-se que é um vocábulo composto de duas idéias distintas, a saber: “exclusão” e “social”.

Portanto, se estará buscando a compreensão de cada um dos termos componente, para num segundo momento a construção de seu significado pretendido na presente obra.

2.1.1.1 Exclusão

Segundo o dicionário de definições (LAROUSE, 1993, p.185) “exclusão” diz respeito à: “s.f (lat. *Exclusivo*). 1.Ato ou efeito de excluir”. E, “excluir”, por sua vez, compreende-se como: “v.t. (lat. *Excludente*, não deixar entrar) [conj. 74]. 1. Ser incompatível com. 2. Afastar, eliminar. 3. Não admitir, rejeitar. 4. Expulsar, pôr fora. 5. Privar da posse de.”

No mesmo sentido, o dicionário (EDIOURO, 1961, p. 278) dispõe o que segue: “EXCLUIR: barrar, deixar à margem, deixar de lado ou de fora ou à parte, repelir,

rejeitar, repugnar, repudiar, divorciar, relegar, tocar para fora, mandar embora, desprezar, ignorar. Antôn.: ver “Integrar”, “Inteirar” e “Incluir””.

Conforme entendimento supracitado “exclusão”, em apertada síntese, entende-se como o ato de pôr para fora, algo ou alguém, que anteriormente se encontrava incluso, em termos de participação.

2.1.1.2 Sociedade e social

Para se objetivar o sentido de exclusão social abordada na presente, faz-se necessário também a definição do termo “social”, o qual, a princípio, constitui-se como qualidade intrínseca do ato de excluir, acima exposto.

Como o termo “social” emerge do substantivo “sociedade” é necessário num primeiro plano tratar-se do conceito de “sociedade”.

Os vários sentidos da palavra sociedade. Definição:

- 1) *Sociedade* quer dizer convívio, vida em comum, interesses comuns;
- 2) Para que haja sociedade há três *condições necessárias*: a) a pluralidade de seres (não pode haver sociedade de um membro); b) a existência de seres vivos (não constitui sociedade um amontoado de pedras); e finalmente, c) a aproximação de seres entre si, com a mesma finalidade (não constitui sociedade a multidão de indivíduos que acotovelam numa rua, seguindo cada qual seu próprio caminho).
- 3) Na linguagem de todos os dias usa-se o vocábulo sociedade em sentidos os mais diversos: a) Sociedade significa a ‘alta sociedade’; então dizemos: é comum, na sociedade, as mulheres fumarem: a) *Sociedade* aqui significa ‘gente bem’, *high-society*; b) *Sociedade* tem o sentido de associação, de clube: ‘Sociedade Musical Lira de Caminguá’; c) No comércio encontramos ‘sociedade comercial’, ‘sociedade anônima’; d) alguns animais também vivem agrupados; e dizemos ‘a sociedade das formigas, das abelhas’... (FONTOURA, 1970, p.35).

Observa-se na citação do item “3” que o termo “sociedade”, dependendo do contexto, adquire uma diversidade de significados. O presente trabalho visa objetivar o sentido sociológico que, a seguir, será explicitado.

4) No entanto, em Sociologia costuma-se reservar o nome de *sociedade* para a sociedade humana, a sociedade em geral. E designa-se cada sociedade restrita, particular com o nome de *grupo social*.

5) Podemos, pois, definir: *sociedade é uma reunião de indivíduos com um determinado fim*. Mas a sociedade não é apenas reunião: é mais que isso, é uma estrutura, uma *organização*. Como diz muito bem HANS FREYER, ‘há sociedade, no sentido específico da palavra, onde o corpo social consiste em *grupos* parciais essencialmente *diversos*, mas ligados por *relações* provenientes de *dominação*. Sociedade é uma estrutura senhorial’. Supõe uma *hierarquia*, uma diferenciação, uma *divisão em classes*, uma chefia... (FONTOURA, 1970, p.35-36).

LAKATOS e MARCONI conceituam “sociedade” como “estrutura formada pelos grupos principais, ligados entre si, considerados como uma unidade e participando todos de uma cultura em comum” (LAKATOS e MARCONI, 1999, p.358).

A partir das exposições supracitadas, pode-se concluir que: **Sociedade consiste em uma reunião de indivíduos, subdivididos em grupos, interrelacionados e politicamente organizados hierarquicamente, que convivem por um objetivo comum.**

O termo “social” é tratado pelo dicionário (LAROUSE, 1993, p. 405) como: “adj. 2g. (lati.socialis). 1.Relativo pertencente à sociedade. 2.Que vive em sociedade. 3.Que diz respeito à relação entre um indivíduo e à sociedade. 4. Relativo a uma sociedade; próprio dos sócios...”.

Em face da definição do termo “social” que acima se apresenta, tem-se o entendimento de que. **social é uma qualidade do que emerge e pertence à sociedade.** que no presente caso, diz respeito ao fenômeno social “exclusão”.

2.1.1.3 Construção conceitual de exclusão e inclusão social

Depois de se ter ressaltado o conceito da palavra exclusão e da palavra sociedade/social, torna-se mais simples o entendimento de “exclusão social” e de “inclusão social”, então veja-se:

No que diz respeito à pessoa humana poder-se-ia falar de exclusão em três sentidos: de uma sociedade em específico (ou de um grupo social para outro), de todas as sociedades humanas ou de bens e valores usufruídos por uma sociedade.

No primeiro caso toma-se sociedade no sentido de país, grupo religioso ou ainda sociedade civil, ou seja, sociedade brasileira, sociedade americana, sociedade religiosa, sociedade empresarial Ltda. dentre outros. Nesse sentido, pode-se falar em extradição e deportação de estrangeiros morando e trabalhando ilegalmente em determinados países. A exclusão de um sócio de uma determinada sociedade empresarial, fazendo com que o indivíduo excluído fique impedido de participar do que caracteriza aquela sociedade.

No segundo sentido comentado acima, exclusão total da sociedade humana, é mais rara ocorrer, mas têm-se alguns casos, onde esse tipo de exclusão ocorreu, tais como em tempos de peste negra ou bubônica, por exemplo.

O terceiro sentido de exclusão é aquele pelo qual a pessoa é posta para fora do desfrute de alguns bens e valores usufruídos pela sociedade na qual ela vive. Neste

sentido a pessoa se encontrará privada de participar do desfrute de tais bens e valores sociais. Essa exclusão poderá ocorrer em maior ou menor grau. Com efeito, neste sentido, embora a pessoa permaneça vivendo dentro da citada sociedade, ela não participa do desfrute de vários bens e valores experimentados por outros cidadãos.

Esse estado de privação, que o excluído se encontra, posicionara-lo-á em certo nível social no contexto da sociedade. Nos dois outros sentidos de exclusão anteriormente comentados, também ocorrerá por consequência, este tipo de exclusão.

Neste trabalho o sentido de exclusão objetivado é este terceiro, já que é o que envolve maior amplitude sociológica, porque tanto aquele que é excluído de uma sociedade para outra, ou aquele que é totalmente excluído da sociedade humana, sofre a privação de bens e valores sociais.

A partir do exposto, compreende-se que “exclusão social” é o ato emergente e pertencente à sociedade, pelo qual alguém, anteriormente incluso, é privado de participar do usufruto de alguns bens e valores sociais.

Pode-se parecer que o assunto a ser tratado neste parágrafo é evidente, contudo, é sumamente importante para a reflexão humana, quanto à sua pessoal responsabilidade no que se refere aos problemas sociais. A partir das conceituações acima tratadas, torna-se claro o fato da exclusão social ser um ato originário da sociedade e a sociedade ser composta por seres humanos. O ser humano é, em primeira instância, o agente causador da exclusão social.

Uma vez que, não se pode falar de sociedade de um só indivíduo e, também, que social é um adjetivo ou qualidade emergente e intrínseco à sociedade, logicamente se infere que exclusão social é um ato coletivo e não individual, ou seja, é uma ação emergente da sociedade e não uma iniciativa singular.

Por fim, e não menos importante ressalta-se que além da exclusão social ter como agente causador o próprio ser humano e a referida ação ser um ato coletivo e não individual, a exclusão social é fruto de um assentimento coletivo, se não da totalidade, pelo menos da maioria predominante da sociedade a qual os excluídos pertenciam.

Com isso, pode-se concluir que, para que haja exclusão social é necessária a concomitante existência de três elementos básicos:

- 1- Atuação coletiva, e não individual;
- 2- Agente causador humano;
- 3- Assentimento da maioria.

Com efeito, não são necessárias maiores dissertações para evidenciar o entendimento de que, no caso em tela, exclusão social diz respeito ao ato da sociedade privar o indivíduo de desfrutar dos valores e bens celebrados pela mesma.

Conforme se nota acima, o ato de exclusão social emerge da própria sociedade, que, em um momento posterior também será agente da necessária reinclusão.

Alguns autores consideram, para a facilitação de seus trabalhos, a hipótese de que exclusão social seja sinônimo de pobreza. Aqui, ficará claro e evidente que essa afirmação é por demais simplista e reducionista do ponto de vista social.

De modo sintético pode-se dizer que **pobreza significa escassez ou falta de algo**. Pode-se entender a palavra pobreza no sentido genérico ou especificá-lo economicamente. Em seu sentido genérico a uma referência a todas as espécies de pobreza, tais como: pobreza intelectual (falta ou escassez de saber), pobreza moral (falta ou escassez de virtudes), pobreza econômica (falta ou escassez dos bens necessários a vida) etc. Assim sendo, em sentido geral, pode-se falar de inúmeras escassezes ou faltas vivenciadas pelo ser humano.

No sentido específico, se objetivará cada uma das inúmeras espécies contidas no gênero supracitado. Exclusão social, por outro lado, é o ato da sociedade que retira o excluído ou excluídos da participação do usufruto de alguns bens e valores sociais. Com efeito, deve-se distinguir primeiramente que exclusão social diz respeito a um ato social e pobreza a um estado.

Pobre é aquele indivíduo que não tem: não tem o que vestir, não tem o que comer. Já o indivíduo excluído pode ser o que tem sexo feminino, cor negra, idade avançada ou é de opção homossexual.

A exclusão social é um processo que contém várias dimensões, portanto, muito mais abrangente do que simplesmente pobreza, extrapolando graus e medidas pautados unicamente em critérios quantitativos, como de renda. Exclusão é um fenômeno identificado e caracterizado pela segregação socioeconômica, que remete a populações marcadas historicamente pela persistência de diversas desvantagens, de todos os âmbitos.

Segundo BUARQUE¹, citado por VALENTE (2004, p. 5), exclusão social é "...um processo (apartação social) pelo qual denomina-se o outro como um ser 'à parte', ou seja, o fenômeno de separar o outro, não apenas como um desigual, mas como um 'não-semelhante', um ser expulso não somente dos meios de consumo, dos bens, serviços, etc., mas do gênero humano. É uma forma contundente de intolerância social...".

CASTEL² refere-se ao conceito de exclusão social da seguinte forma: "... a desafiliação (exclusão) ... representa uma ruptura de pertencimento, de vínculos societais... /... o desafiliado (excluído) é aquele cuja trajetória é feita de uma série de

¹ BUARQUE, Cristóvão. *A revolução das prioridades* – Instituto de Estudos Econômicos (INESC), 1993.

² CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social* – Uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

rupturas com relação a estados de equilíbrio anteriores, mais ou menos estáveis, ou instáveis...". (apud VALENTE, 2004, p. 6).

A exclusão é a negação da cidadania. É “estar fora”, à margem, sem a possibilidade de participação em algum segmento. Caracteriza-se pela perda de um patamar anterior. É um estado de privação: privação de emprego; privação de atendimento à saúde; privação de meios para participar do mercado de consumo; privação de bem-estar; privação de direitos; privação de liberdade; privação de esperança, etc. Toda essa descrição acima exposta é, comumente e erroneamente, chamada de pobreza. A privação é muito mais do que somente privação econômica. Há nela, portanto, certa dimensão moral. (SPOSATTI, 1996).

...uma impossibilidade de poder partilhar, o que leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive, com violência, de um conjunto significativo da população - por isso, uma exclusão social e não pessoal. Não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. Esta situação de privação coletiva é que se está entendendo por exclusão social. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública... (SPOSATTI, 1996, p. 11).

A exclusão social é natural da economia capitalista, é parte integrante do sistema social e produto de seu funcionamento, enquanto que o processo de inclusão social depende de instituições das mais diversas formas para concretizar este ato, o de incluir um marginalizado à sociedade. A exclusão não pode ser considerada a mesma em qualquer cultura ou realidade política e econômica. Elementos étnicos e culturais também são levados em consideração neste conceito, já que dão margem à discriminação.

VALENTE (1999) tratou dos mais diversos tipos de excluídos:

Excluídos no nível de grupos sociais:

- minorias étnicas (indígenas, negros);
- minorias religiosas;
- minorias culturais.

Excluídos de gênero:

- mulheres e crianças.

Excluídos em termos de opção sexual:

- homossexuais e bissexuais.

Excluídos por idade:

- crianças e idosos.

Excluídos por aparência física:

- obesos, deficientes físicos, pessoas calvas, pessoas mulatas ou pardas, portadores de deformidades físicas, pessoas mutiladas.

Excluídos do universo do trabalho:

- desempregados e subempregados, pessoas pobres em geral.

Excluídos do universo sócio-cultural:

- pessoas pobres em geral, habitantes de periferia dos grandes centros urbanos.

Excluídos do universo da educação:

- os pobres em geral, os sem escola, as vítimas da repetência, da desistência escolar, da falta de escola junto a seus lares; deficientes físicos, sensoriais e mentais.

Excluídos do universo da saúde:

- pobres em geral, doentes crônicos e deficientes físicos, sensoriais e mentais.

Excluídos do universo social como um todo:

- os portadores de deficiências físicas, sensoriais e mentais, os pobres, os desempregados. (VALENTE, 1999, p.4).

Nesta classificação fica evidenciada a repetição de determinados grupos em diferentes e diversas categorias. Tem-se como exemplo mais significativo a classe menos favorecida economicamente – os pobres.

Como se pode perceber, segundo o exposto acima, existem vários tipos de exclusão. GUIMARÃES (1999) salienta alguns fatos, e aqui será explicitado dois. Um com relação ao trabalho informal e outro da “cidade marginal”, ambos casos de exclusão social.

Os trabalhadores do mercado informal, aqueles que não estão efetivamente inseridos, são vistos socialmente como marginalizados, fora dessa sociedade. Só o trabalho formal é

reconhecido como trabalho, as outras formas de trabalho não. Em consequência, o cidadão que não tem um trabalho formal, não tem sua cidadania reconhecida, fica à margem do processo (...). O fato de não estar inserido na economia formal o torna um marginal social. (GUIMARÃES, 1999, p.8).

A cidade tem parcela do seu território marginalizado, não reconhecido pelo poder público. Essa parte sequer aparece em um grande número de mapas. O poder público local não cadastra, não registra e não reconhece essa área. Não reconhecer essa parte do território da cidade é não considerar como cidadãos àqueles que nela moram. É dividir a cidade em dois grupos: o da cidade formal – cidade legal e reconhecida, e o da cidade marginal, da cidade não reconhecida. (GUIMARÃES, 1999, p.9).

A exclusão social gera, como se fosse, um efeito cascata, ou seja, o indivíduo, ao ser marginalizado economicamente – desempregado – está suscetível a sofrer outros tantos efeitos da exclusão, tais como deflagração social, educacional e habitacional. Com isso, tem-se um círculo vicioso de marginalização e pauperização do excluído.

Após conceituar o termo exclusão social, o entendimento de inclusão social – processo inverso – torna-se mais fácil e rápido. O termo “inclusão social”, além de ser bastante veiculado e discutido, surgiu em substituição do utilizado anteriormente: “integração social”³. Ambos trazem concepções que introduzem, em nossa sociedade, um novo paradigma, além de indicar uma importante etapa no processo de conquista, por parte dos excluídos, dos direitos naturais de cada cidadão.

Ao se reportar ao dicionário da língua portuguesa (FERREIRA, 1995, p. 355), a palavra “inclusão” traz a seguinte conceituação: “1. Ato ou efeito de incluir. [Antôn.: exclusão]”. Quando se vai a busca da palavra “incluir”, na mesma fonte, encontra-se a seguinte conceituação: “1. Compreender, abranger. (...). 7. Estar incluído

³ Rede SACI – Solidariedade, Apoio, Comunicação e Informação. Disponível em <<http://www.saci.org.br>>.

ou compreendido; fazer parte; figurar, entre outro (s); pertencer juntamente com outro (s).”

“Integrado” e “integração”, são palavras que derivam no latim⁴ “integrare” e “integer”, que, na língua oficial querem se referir a algo intacto, não tocado, virgem, inteiro e completo. Deste modo, este termo “integração” deve ser entendido como algo de caráter natural e original e, o termo oposto a este – “segregação”, que se refere a alguma coisa não integrada – diz respeito ao anormal, aberração ou artificial.

Diante desta explicação terminológica, pode-se entender que “integração” e “inclusão” são tratados como sinônimos e, do mesmo modo, “segregação” e “exclusão” também serão entendidos como equivalentes, sendo que o indivíduo, em uma sociedade “normal”, por natureza, nasce incluído e pertencente ao sistema.

Conforme salientado acima, inclusão social é o processo inverso da exclusão, que busca inserir ao sistema. Este processo deve surgir de esforços e iniciativas que envolvem todos os agentes econômicos e sociais. Esta é uma tarefa de organismos tais como instituições multilaterais, Organizações Não-Governamentais, Governos e Universidades, a exemplo do que aqui procurar-se-á evidenciar com a Cooperativa Popular incubada pela UFPR – o caso da COOPERCAMP que será tratado à seguir – embora boa parte das cooperativas nasçam de iniciativas dos próprios segregados.

2.1.2 Reinclusão Social

Além da inclusão há a reinclusão social, que, conforme especificado anteriormente, também pode ser conhecida e chamada de reintegração social. Neste

⁴ Derivações retiradas do site da Rede SACI – Solidariedade, Apoio, Comunicação e Informação. Disponível em <<http://www.saci.org.br>>.

tópico. traçar-se-á um paralelo entre estes termos - inclusão e reinclusão social - como forma de facilitar e simplificar a compreensão dos conceitos.

Na reinclusão social ocorre um processo que procura reintegrar/reincorporar aquelas pessoas que estão à margem da sociedade e trazê-las para desfrutar dos benefícios do desenvolvimento gerado pelo sistema.

Reincluir ou reintegrar é o ato de colocar novamente, o que anteriormente já fazia parte, mas fora excluído, por exemplo, da sociedade, ou seja, trazer para dentro o que, em algum dado momento, já esteve incluso, e que por ora, está excluído.

Pessoas que anteriormente faziam parte da sociedade podem, por um processo de empobrecimento, ou qualquer outro motivo, ser exclusas do sistema educacional, social ou econômico. A reinclusão social busca a realocação deste indivíduo junto à sociedade.

A diferença essencial entre inclusão e reinclusão social está no fato de que, no primeiro termo, por exemplo, pessoas já nasceram à margem/excluídas. Cidadãos que moram em um barraco e são pobres economicamente falando são um exemplo de excluídos socialmente, pois já nasceram excluídos. Neste caso, portanto, deverão passar por um processo de *inclusão social*.

Já o processo de reinclusão refere-se, por exemplo, às pessoas que, anteriormente gozavam de uma participação na sociedade e que, por algum motivo, foram excluídas. Aqui deve acontecer um processo de *reinclusão social*, ou seja, o ato que pôr para dentro, **novamente**, algo que fora excluído em tempos anteriores.

E, é neste sentido que este trabalho adotará a idéia de *reinclusão social*, no desejo tornar evidente a possibilidade da cooperativa popular COOPERCAMP, ser instrumento de inclusão e reinclusão social.

2.2 CONCEITUAÇÃO DE COOPERATIVA POPULAR

Quando se fala em cooperativa deve-se ter em mente as seguintes expressões básicas, mas fundamentais, que sintetizam todo o conceito: propriedade cooperativa, gestão cooperativa e distribuição cooperativa. Ou seja, essas expressões, que, ao mesmo tempo, podem ser entendidas como características, retratam que este conjunto de pessoas / sociedade de pessoas, com objetivos em comum, que não o lucro, unem-se para a execução de qualquer atividade, gênero de serviço ou produto, tendo como base pessoas que se organizam e comprometem-se, mutuamente para a realização da atividade econômica para o proveito e bem-estar comum, com efeitos sociais representativos na comunidade em questão.

Para GUTIERREZ, “A cooperativa deve ser entendida como uma empresa que tem em um dos seus princípios a autogestão, mas que necessita de lucro, ser eficiente, atualizada e vocacionada para se expandir no tempo”. (GUTIERREZ, 1997, p. 84).

As sociedades cooperativas nasceram para que as pessoas, com o mesmo objetivo pudessem atingi-lo, através da ajuda mútua. Trabalhar junto, em sinergia e com responsabilidade.

Entende-se por cooperativa uma associação de pessoas que se uniram voluntariamente para realizar um objetivo comum, através da formação de uma organização administrada e controlada democraticamente, realizando contribuições equitativas para o capital necessário e aceitando assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento no qual os sócios participam ativamente. (RECH, 1995, p. 25).

De uma forma mais abrangente, há duas formas principais de definições para o termo *cooperativa*: a primeira destaca-se por considerar o *fim* dessas sociedades, ou seja, as que vêem as cooperativas como associações que abraçam a doutrina

cooperativa a fim de corrigir os inconvenientes do meio econômico social e prestar serviços; na segunda, a definição baseia-se na *forma* das cooperativas, descrevendo-as como sociedades democráticas de pessoas, que prestam serviços aos associados sem visar lucro. (PINHO, 1989, p.5).

Cooperativas no sentido de sociedades de pessoas, organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços como também a realizar determinados programas educativos e sociais. Trata-se de sociedades de pessoas e não de capital, sem interesse lucrativo e com fins econômico-sociais. Seu funcionamento se inspira nos chamados “Princípios dos Pioneiros de Rochdale”: adesão livre, gestão democrática, juros módicos ao capital, retorno proporcional às operações, transações a dinheiro, neutralidade política, religiosa, étnica e desenvolvimento do ensino. (PINHO, 1989, p.8-9).

O movimento cooperativista tem por finalidade difundir os ideais em que se baseia, para que haja maior e melhor desenvolvimento econômico e social em todas as sociedades, principalmente as que mais necessitam. Assim contribui também para o desenvolvimento socioeconômico do país. FRANKE define cooperativa em seu livro: “Será considerada como cooperativa, seja qual for a constituição legal, toda a associação de pessoas que tenha por fim a melhoria econômica e social de seus membros pela exploração de uma empresa baseada na ajuda mínima e que observa os princípios de Rochdale⁵.” (FRANKE, 1973. p.69).

A essência da doutrina: a melhoria do nível de vida do homem comum, sem a necessidade de perturbações de ordem social e econômica atual. É a solidariedade dos interesses comuns substituindo os antagonismos sociais, como o desaparecimento do lucro, fonte desses conflitos. Seu princípio básico é o princípio da solidariedade social. Valoriza o indivíduo, realizando uma política de grupos. Respeitando cada indivíduo do grupo em suas aspirações e em suas necessidades, torna comuns os objetivos a serem alcançados por uma estrutura social adequada, promove a harmonia social por meio da satisfação da necessidade individual, e dá novo sentido à repartição da riqueza criada, distribuindo-a em função da participação individual na atividade do grupo e nunca em função de capitais empregados. (PADILHA, 1993, p. 7).

⁵ Ver capítulo 3, no qual serão tratados os princípios de Rochdale.

Os associados das cooperativas são também entendidos como os coproprietários do empreendimento, além de usuários dos serviços ou produtos ali fornecidos. Assim sendo, o cooperado é parte integrante e ativo nas assembleias, tendo o direito ao voto com igual peso de poder de qualquer pessoa da cooperativa. Fica aqui evidenciada a essência democrática das cooperativas, além do valor que é designado ao homem e não ao capital, ou seja, enquanto em qualquer organização mercantil as quantidades de ações é que ditam o poder e o número de votos de seu possuidor, nas cooperativas, o homem é quem manda, e, democraticamente, pois cada pessoa tem direito a um voto, já que, neste caso, todas as pessoas são iguais, independentemente de sua riqueza. “... a virtude de não adotarem a lógica capitalista, que equaciona eficiência e competitividade com lucro e confere poder supremo de decisão a respeito da existência (...) da empresa nas mãos dos possuidores do capital”. (SINGER, 1999, p. 121).

O ato de cooperar é algo intrínseco ao ser humano. Este, por natureza precisa aprender a viver em sociedade, para que assim sobreviva. O homem tem consciência instintiva da necessidade de ajuda cooperativa e da solidariedade inerente ao ser humano.

Assim como diz SCHNEIDER, “Sem democracia e participação, não há condições para um verdadeiro cooperativismo” (SCHNEIDER, 1991, p. 29).

Depois de conceituar Cooperativas como um todo, nada melhor do que focar o objeto deste estudo: Cooperativas Populares. Para tanto, recortou-se, abaixo, os **Princípios do Cooperativismo Popular** (RIQUE, 1999, p. 32).

Quanto à origem

Formada por moradores em áreas de baixa renda.

Formada por iniciativa de profissionais de um mesmo ramo, que estejam desempregados, ou vivenciando situações de precarização do trabalho.

Quanto à constituição do capital

A força de trabalho é o principal capital, senão o único, que os cooperados dispõem no processo de formação da cooperativa;

A quota-parte estabelecida é igualitária para todos os associados, e é recolhida só depois da primeira remuneração recebida e proporcional ao nível econômico do grupo.

Quanto à gestão democrática

Diretoria eleita entre os associados periodicamente, com renovação garantida de pelo menos 2/3 da direção;

Decisões tomadas em assembleias e registradas em ata;

Conselho Fiscal e Comissão de Ética atuantes.

Quanto à divisão de tarefas

Todo o trabalho é desenvolvido pelo associado, não havendo terceirização das atividades afins.

Quanto aos instrumentos de princípios gestionários

Elaborar e fiscalizar a aplicação dos instrumentos da cooperativa: estatuto, regimento, fundos, atas.

Quanto ao quadro de associados

Conhecer os instrumentos de gestão democrática da cooperativa;

Participar das Assembleias;

Fazer curso de capacitação profissional.

Quanto às garantias de continuidade da cooperativa

Possuir fundo de investimento que proporcione seu crescimento como empresa;

Possuir um fundo social que propicie a seguridade, descanso remunerado, gratificação natalina e outros benefícios por ele propostos e possíveis a partir dos contratos da cooperativa.

Quanto à responsabilidade social

Contribuir nas ações de melhoria de sua comunidade;

Priorizar o ingresso de pessoas de sua comunidade na cooperativa;

Contribuir com um percentual mínimo de 1% das sobras para o fundo intercooperativo.

Quanto à distribuição de renda

Remuneração pelo trabalho;

Fator 1 para 3, entre a menor e a maior remuneração dos cooperativados, excetos quando a base de remuneração de categoria for superior;

Tabela de remuneração de todos os cooperativados, inclusive direitos aprovados em assembleia geral;

Divisão equitativa das sobras;

Não é permitida concentração de quota-parte. (RIQUE, 1999, p.32.)

Através dessa citação, ficou evidente o fato de que nas *Cooperativas Populares* o foco está nas pessoas de baixa renda, geralmente desempregadas, as quais moram em bairro/comunidades de classe baixa.

E é com a união desses cidadãos que nascem as cooperativas populares.

3 BREVE HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO

Na Inglaterra, durante o século XIX, surgiu, como forma de combate às injustiças, geradas pelo sistema capitalista, a doutrina cooperativista, que teve seu início com os pioneiros de Rochdale.

Rochdale era uma cidade de tecelões auto-educados, orgulhosos de suas tradições e confiantes no seu valor. Assim, não é de surpreender que tenham sido os trabalhadores de Rochdale os responsáveis por terem a iniciativa da formulação dos princípios que até hoje regem uma sociedade cooperativa. (...) Seus objetivos iniciais iam além da simples criação de uma empresa de consumo. Almejavam abrir a loja, construir casas para seus sócios e fábricas para dar trabalho aos desempregados. Conseguiram fazer tudo isto. (RIQUE, 1999, p.30).

Ao fundar a “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale” (uma cooperativa de consumo, criada em 1844), seus articuladores tinham alguns objetivos, tais como a compra e divisão ao grupo de um conjunto de suprimentos e o estabelecimento de uma sociedade cooperativista. Vale ressaltar que estes dois objetivos aqui explicitados não eram novidades na época, já que eram práticas habituais de outras correntes.

Mas, com a criação e fundação de Rochdale, algo de inovador também surgiu. Inovação esta relacionada ao impasse do que fazer com a sobra resultante desta organização. Para se chegar a resposta, os pioneiros articularam vários princípios que, em conjunto, tornaram-se a revolução da época, conhecidos hoje como os princípios cooperativistas – Democracia (um membro, um voto); adesão livre; juros não abusivos; distribuição das sobras de forma proporcional às compras; vendas somente à vista; apenas produtos puros e; neutralidade com relação à religião e à política.

Esta doutrina tem seus princípios criados com base nas idéias dos socialistas utópicos. Alguns autores, como PINHO (1977, p. 75), por exemplo, consideram o

teórico Robert Owen – socialista utópico que nasceu na Inglaterra e viveu de 1771-1858 – como o precursor da teoria cooperativista. Ele, em 1835, iniciou um projeto que tinha por objetivo criar e internacionalizar o que chamou de “Associação de todas as classes de todas as nações”, o que sugeria a formulação de uma cooperativa central com filiais em todo o mundo.

Muitos dos pioneiros de Rochdale faziam parte de uma corrente de Robert Owen, chamada de movimento owenista.

Robert Owen não conseguiu implantar, efetivamente, seu projeto, mas, ao lutar por suas idéias, deixou esta semente na Inglaterra. Desde então, o Cooperativismo se expandiu pelo mundo, ampliando seus ramos de atuação.

Da falta de liberdade na época⁶ de qualquer tentativa de organização fomentada pelos trabalhadores, era repelida com voracidade. hoje, essa é uma necessidade para os trabalhadores à margem da sociedade. Mas ainda correm-se muitos riscos de falência. Por isso, a cooperativa vem como uma alternativa “segura”.

⁶ Época de transição do artesanal para o industrial, em meados do século XVIII.

4 COOPERATIVAS: PRINCÍPIOS E CLASSIFICAÇÃO

Na Inglaterra, na metade do século XIX, Rochdale tinha como fruto de suas experiências, alguns princípios do cooperativismo (RIQUE, 1999), os quais até hoje são os pilares de sustentação da filosofia cooperativista, que reafirma sempre a busca da igualdade, da liberdade e da educação.

- a) **Adesão voluntária e livre** – As cooperativas são consideradas como voluntárias e abertas a todos que atenderem às condições estatutárias e se considerarem aptos a usufruir seus serviços, além de adotarem as responsabilidades como membros. Os associados não podem discriminar qualquer pessoa em função do sexo, da posição social, da sua raça/cor, de sua posição política ou religiosa.
- b) **Gestão democrática e livre** – As cooperativas também são entendidas como organizações de fundo democrático, além de serem controladas e administradas por seus integrantes, os quais participam ativamente na gestão e formulação das suas políticas, tomando as decisões que acordarem corretas. Cada integrante um voto, evidenciando a democrática gestão dentro da cooperativa.
- c) **Participação econômica dos membros** – Os associados contribuem de forma equitativa para a formação do capital de suas respectivas cooperativas, sendo este gerido e administrado de forma democrática. Normalmente, uma parcela deste capital é de propriedade comum da cooperativa.

- d) **Autonomia e independência** – Essas organizações são autônomas e contam com a ajuda e troca de experiências com as outras cooperativas. São geridas por seus próprios membros, de forma democrática.
- e) **Investimento em educação, formação e informação** – Princípio também importante dentro da gestão cooperativa, já que proporciona, aos cooperados, oportunidade de educação e formação, fazendo com que assim, possam contribuir, de forma eficaz, para o crescimento e desenvolvimento da cooperativa como um todo. Salientam a natureza, a importância e as vantagens do cooperativismo à sociedade em geral.
- f) **Intercooperação** – Trabalham de forma mais intensa junto aos seus próprios membros dando mais autonomia e força ao movimento cooperativista. As cooperativas trabalham de forma conjunta, umas com as outras, para, assim, promover o crescimento e desenvolvimento local em primeira instância, e conseqüentemente regional, nacional e internacional.
- g) **Interesse autêntico pela comunidade** – As cooperativas buscam o desenvolvimento, de forma sustentável, das comunidades – principalmente das quais estão inseridas – através de atitudes, trabalhos e políticas acordadas democraticamente pelos membros da cooperativa.

Além desses princípios, Rochdale enfatizava a importância e o valor do trabalho humano, além da busca por uma relação de harmonia entre a natureza e os valores da solidariedade e da cooperação. Aqui se tem a essência das relações cooperativistas, das características e princípios do trabalho conjunto em prol de um objetivo único, através da participação democrática.

A doutrina cooperativista prima pelos valores de ajuda mútua, democracia, igualdade, responsabilidade, equidade e solidariedade. Há também os valores éticos,

tais como honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação com os demais que são de extrema importância dentro do sistema cooperativo.

O cooperativismo separa as sociedades cooperativas por grau e ramo de atividade. As de primeiro grau são também chamadas de singulares, com as quais aqui será trabalhado. Elas possuem seu quadro social completo por pessoas físicas. Já as cooperativas de segundo grau são formadas pelas centrais de cooperativas e as federações. O quadro social, neste caso, engloba as cooperativas de primeiro grau, ou seja, as singulares. E por fim, as de terceiro grau, juntam as centrais de cooperativas e as federações. A classificação segundo o ramo de atividade, no caso brasileiro, divide nos seguintes segmentos:

- Cooperativa Agropecuária;
- Cooperativa Educacional;
- Cooperativa Habitacional;
- Cooperativa de Trabalho;
- Cooperativa de Mineração;
- Cooperativa de Produção;
- Cooperativa de Saúde;
- Cooperativa de Serviço;
- Cooperativa de Consumo;
- Cooperativa de Crédito;
- Cooperativa Especial (engloba portadores de deficiência, menores de idade, ou outra categoria classificada como “especial”).

As cooperativas populares devem ser entendidas como alternativas econômicas, principalmente às pessoas carentes e excluídas socialmente, já que assim, ao se unirem, podem reverter esse quadro de desemprego, pobreza e exclusão, sustentadas em modos coletivos de criação de trabalho e renda, sem se desvincular do processo conseqüente de desenvolvimento social.

Utilizando-se dessa articulação e organização econômica e social, os cooperados, ao constituírem empreendimentos econômicos através de redes de cooperação, além de promoverem o desenvolvimento de uma atividade local, estarão gerando trabalho, renda e inclusão social.

Enquanto nas sociedades mercantis o capital e o lucro são vistos como recursos fundamentais, nas cooperativas, o homem é visto como o essencial do processo. Assim como na sociedade mercantil o trabalhador é contratado como mera força de trabalho, no sistema cooperativista, há a valorização do trabalhador e das condições de trabalho e vida (bem-estar). Aqui, os preços são justos, enquanto na mercantil são os maiores possíveis. Na cooperativa existe um compromisso educativo, social e econômico. Já no mercantil, o compromisso é exclusivamente econômico.

As cooperativas surgiram como uma alternativa plausível que auxilia na elevação da qualidade de vida e na ampliação da cidadania. Ajudando no resgate e na inclusão de grupos sociais marginalizados, fortalecendo o caráter comunitário das cooperativas. Assim, essas pessoas, até então excluídas, podem ter a oportunidade de se associar e usufruir do trabalho e da renda.

A cooperativa popular, que reúne um grupo humano com forte identidade, tem por finalidade unir atores marginalizados economicamente, pessoas com desvantagens econômicas e sociais no mercado de trabalho utilizando-se do método de cooperação, ou seja, parte de um trabalho organizado, fomentado por várias pessoas, com um objetivo mútuo, buscando sempre conquistar a cidadania de cada cooperado, além do

crescimento e o bem comum de seus membros, fazendo o que Robert Owen já dizia no século XIX, ao conceituar o termo “cooperativa”, que, segundo ele, quer dizer trabalhar unido, junto e em comunidade. Grupo de interesses comuns que produzem interações para desenvolver tanto os associados como a cooperativa.

Ao contrário do que hoje se mostra em evidência – uma sociedade baseada no lucro como fim último, utilizando-se da competição para atingi-lo, sem se preocupar de forma consciente na qualidade de vida da sociedade – o movimento cooperativista valoriza um sistema voltado ao bem estar social, focando o trabalho e a criatividade de cada pessoa e não o capital, muito menos seus bens materiais e sua propriedade. Assim, o importante é cooperar e não competir, para que se possa atingir uma sociedade na qual prepondere a igualdade de poderes e aquisições.

Uma das vantagens que se destaca no sistema cooperativista é a oportunidade do cooperado ser dono de seu próprio negócio. Este fato faz com que aumente a produtividade da cooperativa, já que o trabalhador luta pelo que é seu e assim acompanha os resultados compensados pelos seus esforços.

Outra vantagem desse sistema está nos menores encargos, fazendo com que um maior número de trabalhadores se junte à cooperativa, reduzindo, assim, a informalidade no mercado de trabalho, além de ampliar a base de contribuição à Previdência Social.

O fato é que a história do cooperativismo é riquíssima em experiências bem-sucedidas e ainda hoje uma parcela nada desprezível da indústria, sobretudo da agricultura e de alguns serviços, segue seus princípios. Isto permite sustentar que a economia solidária é a mais importante alternativa ao capitalismo neste momento histórico, por oferecer uma solução prática e factível à exclusão social, que o capitalismo em sua nova fase liberal exacerba. Mas, para que esta possibilidade se realize, é preciso que o movimento operário e seus aliados concentrem suas forças ainda ponderáveis no apoio e na promoção às cooperativas de trabalhadores, para que elas possam absorver os milhões que não têm lugar na economia capitalista. (SINGER, 1998, p. 9-10).

SINGER, nesse trecho, deixa claro que acredita, baseando-se em fatos históricos, que a cooperativa, braço da economia solidária, seja um instrumento para reduzir o processo de exclusão social, ou seja, solução plausível para a inclusão e reinclusão social.

5 O CASO DA COOPERCAMP

Para que esta monografia pudesse atingir o objetivo proposto no início, a escolha de uma cooperativa popular foi imprescindível, para que nela fosse possível verificar se houve, ou não, o processo de inclusão e reinclusão socioeconômico.

A cooperativa selecionada foi a COOPERCAMP, uma cooperativa popular, mista, de trabalho, incubada pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP - da Universidade Federal do Paraná.

Para cumprir esta etapa do trabalho foram realizadas algumas entrevistas junto aos cooperados ativos. Essas entrevistas eram individuais, embora mais de um cooperado estivesse presente na sala, no momento da pesquisa.

Seguindo um roteiro semi-estruturado, as conversas foram gravadas com a permissão dos entrevistados, cujo teor e os pontos mais importantes serão apresentados a seguir. Ressalta-se ainda, que a identidade desses cooperados foi preservada, e utilizou-se também o convencional gênero masculino ao se referir à pessoa, não revelando, portanto, seu sexo. Serão transcritos alguns trechos de maior relevância neste trabalho, utilizando o formato “*itálico*” para destacar o comentário no texto.

Outro ponto a destacar é que, no decorrer das entrevistas, as perguntas (em negrito no texto) foram detalhadamente explicadas para que o entrevistado, levando em consideração seu grau de escolaridade, pudesse compreender, e assim responder adequadamente, a questão.

5.1 HISTÓRICO DA COOPERCAMP

A Cooperativa Mista dos Trabalhadores da Capital Paranaense – COOPERCAMP – foi fundada em 16 de setembro de 1999, data em que aconteceu a assembléia geral de fundação.

Em seu portfólio constam as seguintes atividades: Higienização e Sanitização Hospitalar; Jardinagem; Portaria e Limpeza Geral (Condomínios, Lojas, Escritórios, etc). De caráter misto, esta cooperativa pode atuar nos mais diversos ramos de atividades, mas, atualmente, por falta de oportunidades nas outras áreas de seu conhecimento, tem se dedicado, exclusivamente, à atividade de higienização e sanitização hospitalar.

Conforme o que foi explicitado anteriormente, a cooperativa, por apresentar essa gama diversificada de atividades - o que lhe confere um caráter misto - pode incorporar outros tantos ramos de atuação, para que seus cooperados desempenhem as funções correspondentes, desde que ocorram cursos e treinamentos que preparem, de forma adequada, os associados interessados em atuar nas áreas incorporadas à cooperativa: *“Há a possibilidade, dentro da cooperativa, de surgir novas áreas. Então o cooperado pode optar em qual ramo ele quer trabalhar pela cooperativa. Se não quer esta, se encaixa naquela e assim vai, de acordo com a vocação da pessoa. E sempre a gente vai tendo cursos na área que atuamos”*.

Segundo a coordenadora dos postos de trabalho da Maternidade Victor Ferreira do Amaral, a cooperativa nasceu da iniciativa de um morador do bairro da Cidade Industrial de Curitiba – CIC.

Ele encontrou ajuda e suporte, para a sua idéia, na Incubadora da Universidade Federal do Paraná, a qual incuba até hoje a COOPERCAMP.

Os primeiros associados a COOPERCAMP eram os vizinhos e amigos do senhor idealizador, os quais tinham uma característica em comum: no início, o grupo dos associados era formado, principalmente, por pessoas desempregadas ou trabalhadores informais, tais como empregadas domésticas, jardineiros, vendedores ambulantes, cozinheiras, torneiro mecânico, costureiras, entre outras. Dessa variedade de atividades e da dificuldade em encontrar postos de trabalho surgiu a “necessidade” de se criar uma cooperativa *mista* de trabalhadores que originou a COOPERCAMP.

A Incubadora da UFPR normalmente oferece cursos de reciclagem e seminários aos cooperados, para que constantemente sintam-se aptos a atender, prontamente, em suas atividades desempenhadas.

Um desses cursos foi focado na área de Higienização e Sanitização Hospitalar que se tornou o ramo principal de atividade da COOPERCAMP. Em função desse fato, encontrou na Maternidade Victor Ferreira do Amaral a sua grande oportunidade de contrato.

São realizadas reuniões periódicas e assembleias, sendo que nestas últimas todos os associados devem comparecer, caso contrário, se não houver justificativa, o faltante, ao reincidir na falta por mais de três vezes, automaticamente será desligado da cooperativa, conforme estabelece o estatuto, segundo relatos da Coordenadora e higienizadora:

Assim como a pessoa entra, tem também toda a liberdade pra sair. É devolvida a cota-parte sem problemas. E se depois a pessoa quiser voltar, pode voltar, nada impede ser um cooperado de novo. Se a pessoa tem o nome no papel, mas não aparece nas reuniões, nas assembleias, não participa, ele, automaticamente, através do estatuto, ele se desliga. Se em três assembleias a pessoa não aparece e nem deu justificativa, automaticamente ele é destituído. Isto está no estatuto. É como o pessoal da Incubadora diz, não adiante ter lá uma relação com 100 cooperados, mas só 20 comparecem, estão atuando. Nós tivemos muito disso no começo. Muitos cooperados na teoria, mas na prática, muita pouca gente. Por isso foi revisto.

A COOPERCAMP atua, há três anos e oito meses, na Maternidade Victor Ferreira do Amaral, como prestadora de serviços na área de Higienização e Sanitização Hospitalar, onde desempenha a desinfecção, limpeza e higiene, desde onze dias que antecedeu a inauguração desta Maternidade.

A distribuição dos postos de trabalho entre os associados é realizada seguindo alguns critérios, tais como a prioridade aos que realizaram o curso específico para a área, aos que necessitam do trabalho em questão e, aos mais velhos.

A COOPERCAMP possui diversos associados, embora somente alguns estejam trabalhando através da Cooperativa. Alguns pagaram a cota-parte, freqüentam as assembléias e participam dos cursos oferecidos, mas preferem continuar com seus atuais empregos, remunerados em salários, e, caso surja alguma oportunidade melhor na cooperativa ou sejam despedidos de seus empregos, estarão regularizados e aptos a trabalhar no posto oferecido pela cooperativa. O entrevistado enfatiza:

Existem vários cooperados que não estão trabalhando através da cooperativa. São cooperados, mas tem seu emprego e não vão deixar seu emprego. Então só tem o nome lá, mas não trabalha através da cooperativa. Ele pode ser um cooperado, pagar a sua cota parte, participar das assembléias, mas não estão trabalhando em um posto pela cooperativa. Este tipo de cooperado pode participar de todos os cursos. Um dia ele deixando este emprego, perdendo o emprego, o que hoje é muito freqüente, ele tem uma alternativa. Então tem muita gente que é cooperado, participa da reunião, mas não trabalha em um posto pela cooperativa. Até porque o nosso posto está muito resumido. Eu não vejo nenhum problema nisso.

Hoje, esta cooperativa conta com 22 trabalhadores atuantes, embora existam 42 registrados em ata. A coordenadora entrevistada afirma que: “*Nós temos registrado em ata, 42 cooperados. E ativos eu posso dizer que tem 20 a 25 pessoas. Então temos 13 postos aqui na Maternidade, dois na Provopar e sete pessoas na diretoria, portanto 22 pessoas ativas*”.

Ao ingressarem à cooperativa, todos tiveram que pagar a cota-parte, no valor de 135 reais, dividida em até dez parcelas de R\$ 13,50 conforme a conveniência de cada um. Caso haja, por parte de um dos sócios, a desistência em participar da cooperativa, esta cota-parte, que é de direito do associado, será reembolsada, juntamente com um reajuste.

5.2 PROCEDIMENTOS, ENTREVISTAS E ANÁLISE DOS DADOS

Para viabilizar os objetivos pretendidos no contato com os associados, foi elaborado um roteiro semi-estruturado com o fim de orientar as entrevistas com dez dos vinte e dois cooperados ativos da COOPERCAMP.

Essas entrevistas foram gravadas, com a permissão dos cooperados, para que não fossem perdidas informações consideradas relevantes para a análise posterior. Elas aconteceram durante os dias 31 de agosto e 03 de setembro de 2004, na Maternidade Victor Ferreira do Amaral, durante os intervalos de trabalho.

Vale salientar que, por se tratar de um roteiro semi-estruturado, este apenas serviu de base e apoio para o levantamento das informações imprescindíveis para o sucesso deste trabalho. Houve, então, outras questões e pontos levantados conforme o que acontecia no desenvolvimento da entrevista e no decorrer dessa conversa informal.

Ressalva-se que, no decorrer das entrevistas, alguns cooperados não responderam a uma ou outra questão por desconhecer o assunto ou não ter o que relatar a respeito.

Estes pontos, questões e dados importantes serão transcritos no decorrer deste tópico, com o objetivo de comprovar a relevância dessa cooperativa popular –

COOPERCAMP – como instrumento de inclusão e reinclusão socioeconômico de seus associados.

Ao entrar em contato com o entrevistado, houve um breve aquecimento em que o entrevistador se apresenta, salienta o objetivo do trabalho, explica os procedimentos e solicita a permissão para usar o gravador. Após esse contato inicial entre o pesquisador e o cooperado, a conversa prossegue naturalmente, de maneira um tanto informal.

As questões iniciais procuram identificar os seguintes itens: nome, idade, função dentro da cooperativa, grau de escolaridade, número de filhos, se mora em casa própria ou alugada e há quanto tempo o entrevistado faz parte da cooperativa. (ver Tabela 01).

Passada esta primeira parte, a entrevista prossegue tendo como base o roteiro semi-estruturado, o qual será a seguir apresentado seguido do levantamento das respostas.

Neste momento, uma das primeiras questões abordadas foi com relação ao que os entrevistados tinham como **conceito de cooperativa, ou seja, o que eles entendiam por cooperativa**. Pode-se perceber que muitos não conseguiam elaborar frases que remetesse ao conceito de uma forma ampla, ou seja, estes apenas citavam suas próprias experiências, ressaltando a importância que a cooperativa teve em suas vidas, assim como um dos entrevistados enfatiza: *“Cooperativa, pra mim, é uma coisa boa que surgiu, e que ajudou muita gente (...). A cooperativa foi uma coisa que me ajudou muito em casa”*.

Outros buscavam, com suas próprias palavras, sintetizar suas experiências em uma frase que fosse capaz de conceituar cooperativa: *“Cooperativismo é união. É ter um objetivo e todos trabalharem por aquele objetivo”*. Já outro entrevistado diz que *“é quase uma empresa, porque emprega as pessoas que estão desempregadas”*.

Vale ressaltar que todos os cooperados, ao se tornarem sócios da cooperativa, recebem cursos e treinamentos que abordam diversas áreas e temas, sendo que um deles, geralmente o primeiro, também tratou do conceito de cooperativa. Os entrevistados, diante disso, admitem o fato de terem participado desse curso ao entrarem na COOPERCAMP, mas que, com o passar do tempo, acabaram por esquecer estes pontos teóricos.

Os entrevistados também responderam a seguinte pergunta: **Quais foram as suas expectativas com relação à cooperativa? O que você esperava da cooperativa antes de fazer parte dela?** Notou-se que os entrevistados não conheciam realmente o que era uma cooperativa, portanto suas expectativas eram relacionadas à sua estrutura, conforme se pode inferir do depoimento: *“Eu achava que...como eu nunca trabalhei fora, eu achava que era a mesma coisa de uma empresa, mas eu já estava sabendo que não ia ter décimo terceiro, essas coisas”*. Já outro entrevistado relata: *“Eu não conhecia muito a fundo uma cooperativa. Eu só tinha ouvido falar, por exemplo, da COAMO”*.

Outra questão exposta aos entrevistados foi com relação ao **motivo que os levaram a procurar a cooperativa**. Diante dessa questão, obtiveram-se diversas respostas, mas a principal foi por se encontrarem desempregados:

“Eu entrei na cooperativa por necessidade. Eu estava precisando trabalhar. Eu fiquei sabendo da cooperativa pela minha sogra, que trabalhava lá no início”; *“Entreí por curiosidade, pra ver o que era esse sistema diferente”*; *“Desde os meus quinze anos eu trabalhei de costureira e eu já estava enjoada das máquinas. Daí surgiu a cooperativa, e eu fui convidada a fazer os cursos e entreí”*; *“Eu estava procurando emprego, estava entregando fichas e não conseguia. Estava muito difícil de me chamarem. Talvez pela minha idade, falta de cursos e, às vezes, pela aparência⁸ (...). Então estava bem difícil para encontrar um emprego. Daí a minha irmã.*

⁷ Entrevistado com 41 anos.

⁸ O entrevistado, ao referir-se à aparência, quis fazer menção ao fato de não se considerar bonito e trajar roupas simples.

que trabalhava em cooperativa, falou e me interessou. Fiz os cursos e vim trabalhar aqui e achei muito bom.”

A próxima questão indagava **há quanto tempo, antes de se tornar cooperado, o entrevistado ficou sem trabalhar, mas à procura de uma oportunidade**. Veja-se então algumas das respostas: *“Fazia muito tempo que eu estava sem trabalhar. Algumas vezes eu tentei procurar, mas recebi muito ‘não!’”*. *“Faz nove anos que eu não trabalhava. Desde que eu casei, eu não trabalhei mais, mas foi porque eu não fui atrás.”*

Outras respostas tinham uma média de tempo que girava em torno de dois anos e meio sem trabalhar: *“Acho que uns dois a três anos”*; *“Dois anos”*.

Uma outra questão de extrema importância para este estudo foi a seguinte: **Se não fosse a cooperativa, acredita que teria outra oportunidade no mercado de trabalho?** As respostas foram extremamente convergentes, ou seja, praticamente a totalidade dos entrevistados acredita que seria e será muito difícil encontrar uma vaga no mercado de trabalho.

“Provavelmente eu estaria desempregada. Conforme está a situação. Antes era difícil só pra mulher, agora é para o homem e para o jovem também. O jovem que não estiver estudando, também não entra (...).” *“Acho que não será nada fácil, pela idade⁹”*. *“Se não fosse a cooperativa, provavelmente eu estaria em casa, costurando pra casa e fazendo bico”*. *“Eu acho que a oportunidade da gente, nessa idade¹⁰, é ser diarista. Eu acho que é a única oportunidade, e olha lá. E ainda tem que ter uma madrinha que te indique pra patroa, se não você não consegue nada”*. *“Se não fosse a cooperativa eu estaria em casa, ou trabalhando de diarista, que paga bem menos.”*

⁹ Entrevistado com 53 anos.

¹⁰ Entrevistado com 41 anos.

O que foi muito comum de se ouvir falar são casos de pessoas que procuram empregos e, na grande maioria das vezes, recebem um “não” como resposta. Os motivos são os mais diversos: idade avançada, escolaridade insuficiente, o não conhecimento de uma segunda língua, cor, falta de experiência e tantas outras “desculpas”. Os entrevistados, antes de ingressarem na cooperativa, já passaram por situações muito semelhantes conforme as citadas acima, o que classifica uma exclusão social. *“É em uma firma que eu fui, disseram que não pegavam mulher casada porque engravidam. Essa foi a desculpa que me deram”*.

A questão seguinte foi relacionada a **algum tipo de preconceito/discriminação (baixa escolaridade; idade; cor; falta de experiência) que o entrevistado possa a ter sofrido**. A grande maioria respondeu que nunca se sentiu discriminado, ou não lembra de algum fato que constate esta atitude. Mas, conforme se pode perceber, revelam o próprio preconceito e sentem uma certa rejeição do mercado de trabalho devido a idade avançada:

“Não, nenhum tipo. Nem aqui, nem fora. Se bem que, há dez anos atrás, eu estava com 38 anos. Eu já estava passada. Se eu fosse procurar um novo emprego, com 38 anos, se você não tiver uma boa qualificação, dependendo do ramo que você trabalha tem muita competição, muita gente com aquela faixa de idade, com experiência. Então, é claro que as empresas optam pelo mais novo, pela melhor qualificação. Então 35 anos já é meio difícil. Por isso tem que ter uma qualificação muito boa para se colocar no mercado. Na cooperativa não tem nada disso. Não exige grau de escolaridade (...).”

Um dos entrevistados salientou que há um preconceito, por parte de algumas pessoas externas à cooperativa, pela atividade que exercem atualmente: *“Existe um preconceito pela atividade de higienizadora, pelo fato de estar limpando o chão, etc. Um tipo de discriminação de alguns funcionários do hospital com o pessoal da higiene”*.

A questão seguinte objetivava saber se os entrevistados **acreditam que a cooperativa seja uma alternativa para sair do desemprego ou do trabalho informal (bicos)**. A resposta foi unânime, ou seja, todos os cooperados entrevistados têm essa visão: *“Ah, sim. Com certeza”*; *“Acredito que sim. A tendência é só melhorar”*; *“Eu acho que é uma boa. Principalmente para as pessoas de mais idade, pessoas que nem eu, que nunca tive registro em carteira¹¹, aí fica mais difícil”*; *“A única solução pra gente que tem mais idade é a cooperativa, porque firma nenhuma pega gente de idade¹²”*.

Os entrevistados foram indagados, também, com relação ao seu crescimento e desenvolvimento pessoal, ou seja, como foi, e se teve, uma **alteração em seu comportamento após a entrada na cooperativa** (trabalho em equipe, solidariedade, cooperação, iniciativa, responsabilidade, dentre outros). As respostas foram das mais satisfatórias. Todos tiveram algum ponto a salientar em seu desenvolvimento pessoal. Aqui, serão evidenciados alguns depoimentos marcantes:

“Ajudou bastante! Me favoreceu muito, até mesmo com relação à responsabilidade”; *“Me tornei uma pessoa mais humilde, não que antes eu fosse arrogante. Mas comecei a trabalhar melhor esse meu lado”*. *“A cooperativa me tirou daquela rotina de dentro de casa. Eu estava engordando, só dormia, então você fica deprimida dentro de casa. Você se torna uma pessoa inútil dentro de casa, pois não tem o que fazer. É melhor trabalhar!”*; *“Somos pessoas diferentes, diferentes na maneira de pensar, de gostos, até na cultura, e dá algumas divergências. Mas até com isso as pessoas foram aprendendo a trabalhar essas diferenças, a se aceitar umas às outras, do jeito que eles são. Você vai aprendendo a ser mais humilde. A ter humildade.”*

Ainda nesta questão, um dos entrevistados traça um paralelo entre a cooperativa e uma empresa tradicional qualquer, no que se refere ao crescimento e desenvolvimento pessoal de cada trabalhador nesses dois casos.

¹¹ Este foi o único entrevistado que nunca havia trabalhado com carteira profissional assinada.

¹² Entrevistado com 53 anos.

“Mudei bastante! O que eu posso sentir aqui na cooperativa é que as pessoas convivem mais. Por exemplo, você trabalhando de empregada, em uma indústria, o grupo de amizade é mais resumido. Você tem ali uma colega, porque é uma colega de máquina, colega de setor. Às vezes, se a indústria é grande, é cada um na sua, tudo espalhado. Mas na cooperativa, até o próprio sistema faz com que as pessoas vivam mais integradas. Tem que haver integração, porque é uma empresa com vários donos. As cabeças, embora diferentes, tem que procurar se unir. Se tiver algum ponto que alguém discorda, se trabalha aquilo, fazemos com que as cabeças comecem a se voltar para uma mesma visão. O que eu acho, de uma maneira geral, é que, psicologicamente, a gente aprende a observar as pessoas e fazer com que elas se unam. É diferente de uma empresa. Eu já trabalhei bastante. Já trabalhei de babá, empregada doméstica, balconista, caixa de supermercado, costureira e, a cooperativa é diferente de qualquer outra coisa que eu já trabalhei. É diferente para melhor. As pessoas crescem ao promover a união do grupo.”

A questão seguinte refere-se às **vantagens (benefícios) relacionadas à cooperativa**. Alguns salientaram o crescimento pessoal, outros lembraram dos cursos oferecidos pela Incubadora da UFPR, e houve também os que comentaram sobre a diversidade de pessoas que a cooperativa comporta, ou seja, sem qualquer tipo de discriminação: *“O lado bom da cooperativa são muitos benefícios pessoais”*; *“A oportunidade de fazer esses cursos pela Universidade, e esse conhecimento ninguém tira da gente”*; *“O bom é que emprega as pessoas de mais idade. E não tem raça, não tem cor nem tem idade”*; *“(…) preconceito também não existe, seja homem ou mulher, preto, branco”*.

Mas uma vez, outro entrevistado busca, ao responder a esta questão, esboçar um paralelo entre uma cooperativa e uma empresa. Veja-se:

“Para a empresa mercantil você é apenas um número, o que já difere do cooperativismo. Na cooperativa você é visto como um ser humano, que tem os seus problemas. Vão te dar uma chance. Se não der certo neste posto, como já aconteceu aqui, vão te ajudar colocando em outro posto de trabalho. A cooperativa procura o lado mais humano, que antigamente tinha, e hoje não se vê mais. União, como fala o próprio nome: cooperativismo.”

Em contrapartida, pediu-se que falassem sobre **as desvantagens ou os pontos negativos da cooperativa**. Quase que a totalidade dos entrevistados não tinham nada de “ruim” a salientar. Apenas um deles expôs o seguinte: *“O lado ruim é a maneira como as pessoas vêem a cooperativa, aí fora. As pessoas de fora vêem e tentam colocar coisa que não tem em nossa cabeça. Eles acham que estamos perdendo tempo, que estamos sendo explorados, se bem que quem tem que se sentir explorado é a gente mesmo, mas eu não me sinto explorada, de maneira nenhuma”*.

E nesse ponto a discussão foi aberta. Os cooperados sentem um certo preconceito das pessoas externas à cooperativa, que vêem esse sistema como um sistema escravista e explorador, principalmente pelo fato dos associados não terem direitos trabalhistas, tais como os de direito de qualquer empregado de empresa. Vejam-se os depoimentos a respeito: *“Os que não conhecem o sistema cooperativista acha que nós somos explorados, pois não estamos registrados, acham que isso é sistema escravo. Os que estão lá registrados olham pra gente e acham que somos escravos”*; *“E como implicam com a cooperativa. Não são registrados, não têm férias, não tem décimo terceiro???”*.

Os cooperados também se caracterizam por serem co-proprietários da cooperativa que fazem parte, ou seja, são sócios, patrões e donos. Além disso, conforme o que fora tratado em capítulos anteriores, todos os cooperados têm direito ao voto com igual peso de poder de qualquer pessoa da cooperativa.

Durante a entrevista, foram indagados sobre o seguinte: **Você se sente dono desta cooperativa?** Por mais que admitissem ter o conhecimento dessa característica acima citada, a grande maioria respondeu não se sentir dono da COOPERCAMP: *“Pra falar bem a verdade, não! Eu sei que eu sou, mas não me sinto”*; *“Ah não! Eu não tenho nenhum papel registrado dizendo que eu sou dona. Eu não me sinto dona. Eu sinto que nós somos uma comunidade, tipo uma colônia. Porque o dono que é o dono,*

ele manda! E aqui nós não manda, obedece. Eu nunca gostei de ser mandada e também nunca gostei de mandar”.

Já os entrevistados, em minoria, que responderam que se sentem donos, buscavam explicações para os que alegam não se sentir dono. Aqui se destaca um depoimento cedido por um dos cooperados que assim se sente: dono! *“As pessoas estão acostumadas com o sistema lá de fora de serem mandadas, ou mandar. Então, para elas serem donas tem que mandar em alguém. Eu acho que é uma coisa da nossa cultura, da nossa educação, do sistema que a gente viveu até hoje”.*

Outro cooperado expõe sua opinião a respeito:

“Eu me sinto. Eu não tenho problemas em trabalhar com chefe. Eu não me importo com isso. Porque na realidade, você tem. O hospital todo é o seu chefe, pois eles sempre estão de olho no que você faz. Sempre estiveram. O pessoal diz que cooperativa não tem chefe, mas faça alguma coisa errada aqui! Ai o hospital vai ter o direito de chegar ao presidente da cooperativa e dizer que não têm o interesse que tal pessoa continue a trabalhar no hospital. Então quer dizer que indiretamente eles mandam, de qualquer maneira, é chefe, porque eles têm direito de te aceitar aqui ou não. Se você não estiver andando nos conformes, fazendo direitinho, eles vão se achar no direito de não te querer mais aqui. Eu não vejo problema em ter chefe, desde que ele não seja arrogante e que não faça pressão moral.”

Outra questão ressaltada, na entrevista, foi a **participação dos cooperados em cursos, treinamentos ou seminários oferecidos pela Incubadora da Universidade**. Todos responderam que freqüentam esses cursos: *“Sim, todos aqui participam de cursos”*; *“Todos os cursos que a gente faz são interessantes. As firmas investem nos funcionários, mas não assim como a cooperativa”.*

Pode-se perceber, também, que eles reconhecem a importância desses treinamentos, tanto para o sucesso profissional da cooperativa, quanto para o sucesso pessoal e profissional de cada cooperado. Vêm essa oportunidade como chance, gratuita, de aprender assuntos novos, ou relacionados ao trabalho do dia-a-dia, que em

um futuro bem próximo será extremamente útil para a cooperativa e/ou para uma possível competição no mercado de trabalho. *“A maioria das pessoas entram sem experiência. Adquirem com os cursos que são oferecidos”*.

A pergunta seguinte questionava a respeito do **conforto que o cooperado sentia, ou não, em pronunciar alguma opinião ou crítica ao se deparar com algum fato ou estratégia adotada pela cooperativa**. Todos, sem exceção, disseram ter a liberdade para tratar desses assuntos com o responsável (com a coordenadora de postos ou o presidente da cooperativa) ou resolver o assunto diretamente com grupo, dependendo do caso ocorrido.

Foram também questionados se sentem vontade de **prosseguir os estudos**, motivados pela participação na cooperativa. Muitos responderam que não, sendo que alguns desses alegam não ter mais uma idade que propicie um aprendizado eficiente: *“Eu tive vontade de voltar a estudar, mas a minha cabeça já não ajuda mais. Eu não guardo as coisas na minha cabeça de jeito nenhum”*.

Na COOPERCAMP, tem-se um caso motivador, além de interessante, de um dos entrevistados que, aos 59 anos (idade atual), voltou à sala de aula. Atualmente frequenta a 1ª série do ensino fundamental. Há, também, outro caso de um cooperado, com 42 anos, que está cursando a 4ª série: *“Eu já tinha começado a estudar antes de entrar aqui. Eu quero fazer até o segundo grau. Faculdade só Deus sabe”*.

Outro fator importante a se destacar, neste trabalho, é o padrão econômico (renda) dos cooperados. Um dos pontos questionava se **houve uma elevação, ou redução, no poder de consumo desses cooperados, em termos de renda familiar**. Pode-se perceber uma unanimidade neste assunto: *“Dá pra ter um padrão melhor do que o de antes da cooperativa! Antes eu não trabalhava, só o meu marido, então já era mais difícil, passamos mais dificuldades: estica dali, estica daqui. Daí eu trabalhando*

não, ganha mais, daí é mais lucro”; “Era baixo, mas com a cooperativa aumentou bastante”.

Em seguida, a pergunta procurava saber se esse aumento na remuneração, segundo o ponto de vista dos entrevistados, **tinha relação direta à sua entrada na COOPERCAMP**. Outra vez, houve consenso entre os entrevistados. Todos concordaram com o fato de a cooperativa ser a responsável por este salto quantitativo e qualitativo, em termos familiares, no padrão de renda e de consumo dos entrevistados: *“Com certeza”; “Sim, é claro. Se não fosse a cooperativa eu nem estaria trabalhando”.*

Para que se pudesse evidenciar este salto no poder aquisitivo desses cooperados, pediu-se que **citasse alguns bens tangíveis (materiais) ou intangíveis que conseguiram adquirir após sua participação na COOPERCAMP, com os recursos financeiros disponibilizados mensalmente por esta**. Veja-se:

“Consegui reformar meu sofá, comprei meu forno elétrico, que eu tanto queria, reformei minha máquina de lavar, nossa ajudei muito. Consegui, com o dinheiro da cooperativa, pagar sozinha a cirurgia do meu marido, e isso me deixou muito contente”; “Eu consegui bastante coisa desde que eu entrei lá. Eu construí a minha casa. Graças a Deus. Eu pude ajudar o meu marido também”; “Eu me sinto bem, porque nós conseguimos construir a casa, com o meu salário e o do meu marido. Até as coisas das crianças, a gente consegue comprar mais. Se eu tivesse desempregada eu não teria condições”; “Comprei meu micro-ondas, meu fogão, vou pagar um curso pra minha menina, que ela vai fazer de Administração de Empresas. Paguei o aparelho dentário dela. Então já me ajudou muito, depois que eu entrei aqui”; “Paguei a faculdade da minha menina. Estou arrumando a minha casa. Tudo com a cooperativa. Se não fosse a cooperativa eu não tinha pagado nada. Nem trabalhando eu estaria, se não fosse a cooperativa”; “Pude pagar a faculdade da minha filha, comprar minhas coisinhas, sem ter que pedir dinheiro pro marido”; “Se eu tivesse poupado até hoje, pelo que eu ganhei, eu já poderia ter comprado um carro, ou um terreno. Mas como eu não preciso de carro, nem de terreno, porque eu já tenho, então eu gastei com o material escolar para os meus filhos, uniforme, mochila”; “Eu ajudo em casa, pagar água, luz, telefone, ajudar na compra da casa. Eu comprei guarda-roupa, eu comprei geladeira, uma estante, comprei roupas, calçados. E desde do primeiro ano que eu entrei aqui eu venho poupando, tudo o que sobra eu deixo no banco, e ainda empresto dinheiro e ajudo os outros.”

Conforme evidenciado acima através dos depoimentos, nota-se também que, além de capacidade financeira para a aquisição de bens materiais, a cooperativa proporcionou-lhes condições para que pudessem pagar um ensino superior à seus filhos, possibilitando assim que estes não ficassem tão sujeitos à exclusão social causada pela educação insuficiente, já que o acesso à universidade pública depende, também, de um ensino médio de qualidade (que eles não tiveram?), em função da grande concorrência.

PAUGAM escreve, em sua obra, a respeito do não acesso a esses bens imateriais devido à falta de condições financeiras: “Pode-se, evidentemente, considerar as implicações extramateriais relativas a essa condição social inferior ligada à baixa renda – tais como o acesso à educação, a possibilidade reduzida de transmitir aos filhos um capital cultural que lhes permita alcançar uma verdadeira integração social e profissional ...” (PAUGAM, 2003, p. 50).

Um caso especial de um dos entrevistados foi o de uma senhora de mais idade, 59 anos, que tem uma filha deficiente visual e um marido que está doente. Portanto, apenas ela trabalha para sustentar a família, “*graças à cooperativa*”. “*Só eu que trabalho, eu que sou a chefe da casa. Eu consigo pagar as contas de água, luz. Consegui comprar material pra reformar minha casa por dentro. Eu quero me aposentar e continuar a trabalhar aqui na cooperativa. Não pode parar. Eu não tenho paciência de ficar em casa sem fazer nada, e nem posso*”.

Em seguida, comentaram sobre a facilidade, ou não, de, ao sair da cooperativa, encontrar uma oportunidade em outra atividade econômica no mercado de trabalho – **Acredita que, ao sair desta cooperativa, terá facilidade em encontrar outra atividade que lhe proporcione renda?** As respostas foram, em sua maioria, pessimistas, ou seja, muitos não acreditam poder encontrar um emprego com facilidade. Alegam a idade avançada como um dos muitos empecilhos: “*Ah não! Eu creio que eu não vou ter mais não. Eu vou pra sessenta anos, né! É só aqui na*

cooperativa mesmo, porque firma nenhuma não pega”; “Se eu tiver que procurar um emprego, eu acho que vai ser difícil”; “Não sei. Acho meio difícil pela minha idade¹³”.

Em contrapartida, há quem acredite nessa possibilidade, já que, com a cooperativa, tiveram a oportunidade de freqüentar muitos cursos capacitantes, além de aplicar essa teoria aprendida, na prática. Assim, a busca por uma nova oportunidade ficaria mais acessível, podendo comprovar essa experiência em limpeza e higiene hospitalar:

“Agora mesmo eu não sei. Mas a experiência que temos aqui já ajuda bastante”; “Eu acho que tenho pela experiência que adquirimos aqui. Porque nenhum de nós tinha muita prática com limpeza de hospital”; “Nessa área pode ser que sim. Você tendo a sua experiência, no caso de higiene, é mais fácil. Mas não sei como está a política deles com relação à idade. Não sei no que eles se baseiam para não empregar uma pessoa mais velha, mais acho que um dos motivos é a aposentadoria.”

Com relação à remuneração, todos os associados – conforme os princípios e doutrinas que regem o cooperativismo: “Divisão eqüitativa das sobras” (RIQUE, 1999, p. 32) – recebem valores iguais, independente do cargo ou posição que ocupa dentro da cooperativa, apenas diferenciado pela quantidade de horas trabalhadas por cada cooperado. No caso da COOPERCAMP não é diferente. Um dos entrevistados salienta:

“Comparando o nosso piso salarial, o piso que nós temos na cooperativa é quase o dobro da função que nós fazemos com o que é pago lá fora em uma empresa. O piso de quem trabalha em uma empresa, no mesmo ramo, higiene hospitalar, que o nosso, é de 280 reais. Nós já começamos a ganhar 413 reais. Então o nosso salário sempre foi comparado com o lá de fora, como mais alto. Porque quem trabalha registrado, tem um intermediário, tem o empregador e o empregado, e no meio fica a empresa que faz essa intermediação e sempre lucra com isso.”

¹³ Entrevistado com 53 anos.

Conforme se pode observar no depoimento acima, os cooperados recebem um valor superior quando comparado ao piso salarial dos funcionários de empresas, que prestam os mesmos serviços que a COOPERCAMP. Porém, os cooperados não têm o recolhimento realizado por empresa empregadora dos direitos trabalhistas que uma empresa se obriga a recolher por força da lei, por não serem considerados empregados, com vínculo empregatício – férias remuneradas, décimo terceiro salário, fundo de garantia, dentre outros benefícios.

Os associados à cooperativa, que trabalham nos postos da COOPERCAMP, resolveram recolher através da própria cooperativa o INSS, conforme recomendado pela incubadora, já que esta é uma responsabilidade pessoal de cada cooperado que, em termos legais, equipara-se a um autônomo. Além disso, pagam seus vales-transportes e sua alimentação: *“Desses R\$ 530,00¹⁴ bruto, 11%¹⁵ é de INSS, ou seja, R\$ 58,30 de desconto de INSS, aproximadamente R\$ 85,00 de VTs e o gasto com alimentação, que as empresas fornecem, mas na cooperativa não”* retoma o entrevistado.

Este mesmo entrevistado enfatiza que, a maternidade, assim como os cooperados, têm vantagens que são salientadas abaixo:

“O nosso contrato aqui paga quase a metade do que uma empresa pagaria. Quando nós sairmos daqui, o hospital vai ter que contratar uma empresa e o contrato com essa empresa vai ser quase o dobro do valor do nosso contrato, porque o empregado registrado custa duas

¹⁴ Ressalta-se que, por tratar-se de uma entrevista “informal”, os valores aqui explicitados foram os que surgiram durante a conversa, tais como o R\$530,00.

¹⁵ “Cooperativas de trabalho: A Lei n.º 9.711/98 estabelece que, a partir de 1º-2-1999, a empresa contratante de serviços executados mediante cessão de mão-de-obra, inclusive em regime de trabalho temporário, deverá destacar e reter 11% do valor bruto de cada Nota Fiscal ou Fatura de Prestação de Serviços e recolher a importância retida até o dia 2 do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura, em nome da empresa cedente de mão-de-obra. O valor retido será compensado pelo respectivo estabelecimento da empresa cedente da mão-de-obra, por ocasião do recolhimento das contribuições destinadas à seguridade social devidas sobre a folha de pagamento dos segurados a seu serviço. Não compensado integralmente, o saldo remanescente será objeto de restituição. A ordem de Serviço do INSS n.º 203/99 determinou que a regra de retenção trazida na lei ora comentada aplica-se aos serviços prestados por cooperativas de trabalho.” (POLONIO, 1999, p. 145).

vezes. pois tem a parte burocrática e a parte que é deles. da empresa. E na cooperativa não tem isso. Então têm vantagens para os dois lados: para nós cooperados que ganhamos mais que um empregado, e para o Hospital que paga menos à cooperativa do que pagaria a uma empresa.”

O contrato de serviços, com uma cooperativa, portanto, segundo o exposto é vantajoso para ambos os lados. A maternidade ganha, por pagar um preço menor, ao contratar os serviços de uma cooperativa em vez os de uma empresa. E no caso dos sócios da cooperativa também há ganho. Estes recebem uma remuneração mensal superior, quando comparado à remuneração de empregados de uma empresa do ramo, mesmo descontados os encargos.

Os princípios cooperativistas também ditam que, tendo sobras, a cooperativa deve fazer a divisão eqüitativa (RIQUE, 1999). Na COOPERCAMP, há essa consciência: *“A cooperativa tendo sobra, esta sobra deve ser dividida entre os cooperados que estão trabalhando”*.

Com as entrevistas também foi possível perceber que alguns associados não possuem um nível de estudo mínimo exigido pelo mercado de trabalho e que dispõem de mão-de-obra pouco qualificada e, por isso, buscam na cooperativa uma alternativa para fugir do desemprego, onde são capacitados para determinadas atividades a serem desempenhadas pela cooperativa, no caso, higiene hospitalar, até o presente momento.

Vale ressaltar que, por mais que exista essa carência nos estudos dos cooperados, a Incubadora da UFPR ofereceu os cursos necessários para a qualificação de seu pessoal, o que garante a eficiência e pronto atendimento aos seus clientes.

Um dos entrevistados lembrou uma situação vivida dentro da COOPERCAMP. Falou sobre um ex-cooperado, o qual estava em fase de recuperação, por ter abandonado as drogas. Além disso, esse já havia sido preso, em tempos anteriores. Estava, portanto, precisando de ajuda. Procurava uma oportunidade de

trabalho para que pudesse se reinserir à sociedade e, assim, conseguir o seu sustento. A cooperativa veio a ser a sua salvação, pois o seu reingresso social, através de uma empresa, seria muito difícil, dado seu passado marcante. Precisava, então, de apoio e oportunidade para voltar a se sentir útil, conforme o relato do entrevistado:

O Sr. X estava saindo das drogas. Tinha sido presidiário e estava naquele momento de reintegração. E a incentivo de um dos cooperados, ele foi até à cooperativa e começou a participar das reuniões, foi ficando e no início das atividades da cooperativa aqui no hospital, ele veio trabalhar conosco. Mas com o tempo, ele foi desenvolvendo sua própria atividade, de reciclagem de lixo, e acabou saindo da cooperativa.

Na tabela a seguir, pode-se observar os principais dados captados dos entrevistados. Informações estas extremamente relevantes por caracterizar seu perfil tais como a idade, escolaridade, tempo na Cooperativa analisada – COOPERCAMP –, número de filhos do entrevistado, número de pessoas que residem na casa, incluindo o entrevistado e se essa casa é própria ou alugada.

TABELA 1 – DADOS DOS ENTREVISTADOS DA COOPERCAMP

Identificação	Idade	Escolaridade	Tempo de Coopercamp	n.º filhos	n.º pessoas na casa	Casa Própria/ Alugada
Cooperado 1	42	4ª série (em curso)	1 ano e 2 meses	2	5	Própria
Cooperado 2	33	3ª série	3 anos	2	5	Própria
Cooperado 3	59	1ª série (em curso)	1 ano e 2 meses	5	3	Própria
Cooperado 4	53	1º Grau Completo	4 anos	4	2	Própria
Cooperado 5	52	1º Grau Completo	3 anos e 5 meses	3	5	Própria
Cooperado 6	48	2º Grau Incompleto	5 anos	4	4	Própria
Cooperado 7	50	2º Grau Completo	2 anos	3	5	Alugada
Cooperado 8	41	1º Grau Completo (Supletivo)	3 anos	4	6	Própria
Cooperado 9	53	4ª série	3 anos e 8 meses	4	8	Própria
Cooperado 10	49	4ª série	5 anos	2	3	Própria

FONTE: O AUTOR

NOTA: Dados obtidos através das entrevistas gravadas.

Ao observar a tabela 1, constata-se que a grande maioria dos entrevistados (nove entre os dez) está com faixa etária superior aos 41 anos de idade (idade média igual a 48 anos), o que dificulta encontrar e conquistar no mercado um trabalho remunerado. Aliado a este fato, está a escolaridade, que, de modo geral, está baixa, ou seja, não está atendendo ao grau de escolaridade mínimo que o mercado está buscando, bloqueando o acesso deste cidadão ao mercado de trabalho, e por consequência, a renda. Ressalta-se que a coluna referente à “Casa própria/alugada” tem importância por tratar-se de uma área de invasão.

Dos dez entrevistados, apenas dois estão dando continuidade aos estudos, sendo que um deles tem 59 anos (cursando a 1ª série do ensino fundamental) e o outro tem 42 anos de idade (cursando a 4ª série do ensino fundamental).

TABELA 2 – IDADE E ESCOLARIDADE DOS NÃO ENTREVISTADOS COOPERADOS DA COOPERCAMP

<u>Identificação</u>	<u>Idade</u>	<u>Escolaridade</u>
Cooperado A	46	4ª série
Cooperado B	44	1º Grau Completo
Cooperado C	50	4ª série
Cooperado D	44	4ª série
Cooperado E	45	2º Grau Incompleto
Cooperado F	44	1º Grau Completo
Cooperado G	43	1º Grau Completo
Cooperado H	36	1º Grau Completo

FONTE: O AUTOR

NOTA: Dados obtidos através de entrevistas

Já a Tabela 2 retrata a situação dos demais componentes da COOPERCAMP, no que se refere à idade e escolaridade. A idade média é de 44 anos. Percebe-se que a realidade não se altera, ou seja, a situação dos que não foram entrevistados é praticamente a mesma dos que foram entrevistados, tanto no que se refere à idade, quanto ao que tange a escolaridade, insuficiente aos olhos do mercado de trabalho.

Conforme GUIMARÃES, cada indivíduo possui uma identidade pessoal e uma identidade social: “Os primeiros pontos de identificação de uma pessoa são nome, **trabalho** [sem grifo no original] e local de moradia...” (GUIMARÃES, 1999, p.9).

Com isso, o trabalho dignifica o ser humano, ou seja, um indivíduo, ao estar sem exercer uma atividade profissional remunerada, perde sua identidade social. A cooperativa, para essas pessoas, tornou-se uma alternativa para esse resgate de dignidade e cidadania, que as proporciona a construção ou o resgate de identidade social. PAUGAM diz que “o desempregado perde rapidamente seus principais pontos de referência e conhece uma profunda crise de identidade...” (PAUGAM, 2003, p.37).

Com a inserção no mercado, a cooperativa [COOPERCAMP] tem vivenciado uma condição de melhoria de vida de seus cooperados, razão que a justifica como uma organização de elevado cunho social. Essa melhoria ocorre não só do ponto de vista econômico, percebendo-se na postura desses trabalhadores, excluídos do mercado de trabalho há mais de dois anos, a assimilação e valorização dos princípios cooperativistas. (FERREIRA; CORDEIRO, 2002, p.76)

Nesse sentido, evidencia-se que a COOPERCAMP apresentou-se e ainda apresenta-se como alternativa para o processo de inclusão e reinclusão – dados os seus conceitos – de pessoas antes socialmente excluídas, e que ao ingressarem nesta cooperativa, passaram ou voltaram a participar desta sociedade (ver 2.1.1.2).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, e tendo por base acontecimentos contemporâneos, pode-se afirmar que a sociedade moderna está gerando uma quantidade estrondosa de população sobrando, o que leva a uma situação de exclusão social – em quaisquer de suas instâncias.

Essa situação vem se agravando em termos de quantidade e intensidade, ou seja, é cada vez maior o número de pessoas desvalidas e excluídas e, cada vez mais, essas pessoas passam a alcançar a linha da miséria. Estas têm reduzidas chances de ser, de fato, inseridas ou reincluídas nesse sistema formatado, cheio de regras e exigências.

Essas vítimas dos processos sociais, políticos, culturais e econômicos excludentes anseiam por justiça e por transformações sociais, além de buscar, incessantemente uma identidade social e um lugar aceitável na sociedade.

Aqui se salientou, também, a importância em perceber que o cooperativismo está direcionado para beneficiar os associados como um todo e não somente a uma pessoa, o que promove a união e a cooperação entre os integrantes desta organização.

Pode-se inferir, então, através do estudo de caso apresentado, que a COOPERCAMP mostrou-se como um pequeno grupo humano, com forte identidade, que articulou suas competências de maneira a gerar trabalho e renda aos cooperados.

Com isso, o sucesso resultante foi a inclusão e reinclusão de pessoas, antes, socialmente excluídas, que, a partir de então, construíram ou reconquistaram a sua identidade social, além de terem a oportunidade do resgate de sua dignidade.

Só o fato dos associados a esta cooperativa estarem nela trabalhando já gera um ponto relevante e crucial no processo de inclusão social. O trabalho, e assim a geração

de renda. no mundo capitalista, é de importância vital para a sobrevivência física e a adequada inserção social das pessoas, o que, por consequência, repercute em sua saúde mental, além da saúde física.

Ressalta-se que a cooperativa, aqui apresentada, é apenas um instrumento de inclusão e reinclusão social, e pode-se dizer que é a solução para o problema da exclusão social.

O trabalho fornece uma identidade social ao indivíduo, que é de extrema importância, também, para o processo de auto-estima. Esta cooperativa possibilitou, aos que não conseguiam se inserir no mercado de trabalho formal, uma outra opção qualificada e organizada de inserção – o cooperativismo –, que os ofereceu qualificação e certificação.

A COOPERCAMP promove a inclusão, porque qualquer pessoa que tenha afinidade com o objeto de trabalho dessa cooperativa poderá ali trabalhar e não sofrerá qualquer tipo de discriminação racial, econômica, social, cultural, ou seja, não será excluído e sim terá a oportunidade de ser incluído ou reincluído.

Com isso posto, conclui-se que a cooperativa popular analisada – COOPERCAMP – oferece importantes contribuições ao desenvolvimento socioeconômico de seus cooperados, comprovando assim o objetivo deste estudo apresentado no início deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- CORDEIRO, S. **As cooperativas de trabalho no contexto das transformações da sociedade brasileira.** *In.* 25º Encontro da ANPAD, Campinas, 2001.
- COUTROT, T. **Brasil: o boom da economia solidária.** São Paulo, 2002.
- Curso de Lingüística Geral,** Rio de Janeiro, 7. ed., D. Quixote, 1995, p. 123-124.
- FERREIRA, R.; CORDEIRO, R. - COOPERCAMP, relato de uma experiência. *In* **Incubadora tecnológica de cooperativas populares: a experiência da UFPR,** Curitiba, PROEC, 2002, p.72-77.
- FONTOURA, A. **Introdução à sociologia.** Porto Alegre, Vol I, 5. ed., Globo. 1970.
- FRANKE, W. **Direito das sociedades cooperativas.** São Paulo: Edusp, 1973.
- GAIGER, L. **Significados e tendências da economia solidária.** Sindicalismo e economia solidária. São Paulo, 1999, p. 29-42.
- GUIMARÃES, G. **Uma cidade para todos.** *In:* Integrar Cooperativas: São Paulo, 1999.
- GUTIERREZ, G. **Autogestão de empresas: novas experiências e velhos problemas.** *In:* VIEITEZ, C.G. (org.) A empresa sem patrão. Marília: UNESP, 1997.
- IRION, J. **Cooperativismo e economia social.** São Paulo. STS, 1997.

JUSTINO, M. J. **Incubadora tecnológica de cooperativas populares: a experiência da UFPR**. Curitiba: UFPR/PROEC, 2002.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. de **Sociologia geral**. São Paulo: Atlas, 7. ed. 1999. p. 358.

MACEDO, M. **Cooperativismo e economia solidário como alternativa ao desemprego**. Curitiba, 2003. 49 p. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Paraná, 2003.

MONDIN, B. **Introdução à filosofia: problemas, sistemas, autores e obras**. 10.ed. Paulus – São Paulo, 1981.

PADILHA, D. **Sociedades cooperativas: organização, contabilidade e legislação**. Atlas, 1993.

PAUGAM, S. **A Desqualificação social ensaio sobre a nova pobreza**. Cortez Educ. São Paulo 2003.

PINHO, D. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. Biblioteca Pioneira de Estudos Cooperativos, 1989.

_____. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977.

PINTO, A. **Cooperativas de trabalho**. Curitiba, 1999.

POCHMANN, M. **O Emprego na globalização**. São Paulo. Boitempo, 2001.

- POLONIO, W. **Manual das sociedades cooperativas**. São Paulo. Atlas. 2. ed., 1999.
- RECH, D. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro, FASE, 1995.
- RIBEIRO, P. **Inclusão social através do microcrédito**. Curitiba, 1999. 91 f. Trabalho de Graduação (Bacharel em Ciências Econômicas) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.
- RIQUE, M. **Os pioneiros de Rochdale e os princípios do cooperativismo**. *In: Integrar Cooperativas*: São Paulo, 1999.
- SASSAKI, R. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro, WVA, 1997.
- SCHNEIDER, J. **Democracia participação e autonomia cooperativa**, 1991.
- SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 2. ed. São Paulo, Contexto, 1998.
- SINGER, P.; SOUZA, A. **A Economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.
- SPOSATTI, A. **Mapa da exclusão /inclusão na cidade de São Paulo**. EDUC, São Paulo, 1996
- VALENTE, F. **Exclusão social: Que bicho é esse?** Disponível em <<http://www.conteudoescola.com.br>> Acesso em 11 de agosto de 2004.

YUNUS, M.; JOLIS, A. **O banqueiro dos pobres**. Ática, São Paulo, 2003.

DICIONÁRIOS

EXCLUSÃO. *In*: LAROUSE cultural. São Paulo: Nova Cultural, 1993. p.185.

EXCLUSÃO. *In*: **Ediouro dicionário de idéias semelhantes**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1961. p.278.

INCLUIR. *In*: FERREIRA, A. São Paulo: Nova Fronteira, 1995. p.355.

INCLUSÃO. *In*: FERREIRA, A. São Paulo: Nova Fronteira, 1995. p.355.

SOCIAL. *In*: LAROUSE cultural. São Paulo: Nova Cultural, 1993. p. 405.

SITES

Conteúdo Escola: www.conteudoescola.com.br. Acesso em 11/08/2004.

Espaço Acadêmico: www.espacoacademico.com.br. Acesso em 05/08/2004.

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFRJ:
www.itcp.coppe.ufrj.br. Último acesso em 07/09/2004.

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP:
www.cecae.usp.br/itcp. Último acesso em 01/09/2004.

OCEPAR: www.ocepar.org.br. Último acesso em 06/09/2004.

Rede SACI: Solidariedade, Apoio, Comunicação e Informação: www.saci.org.br.
Acesso em 10/08/2004.